

# 23 países da AL e Caribe reafirmam compromisso com enfrentamento ao racismo

*(Portal da Seppir, 24/03/2014)* Em reunião realizada pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Ministério das Relações Exteriores nos últimos dias 20 e 21, em Brasília, representantes de 23 governos latino-americanos e caribenhos, da ONU, e de organizações da sociedade civil construíram um documento com propostas para o planejamento da Década dos Afrodescendentes, estabelecido pelas Nações Unidas (ONU) a partir de 2015.

A proposta, que será encaminhada para a presidência da CELAC - Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, expressa a posição comum do Grupo Latino-americano e Caribenho (GRULAC) e de outros fóruns multilaterais para as negociações junto à ONU no planejamento do decênio. A América Latina e o Caribe têm a maior população de afrodescendentes do mundo, estimada em cerca de 200 milhões de pessoas.

“Os países queriam ter uma oportunidade para discutir sobre a década dos afrodescendentes, e, nesse sentido, trouxeram contribuições muito importantes. Tiramos um documento final que reafirma todas as definições da declaração e do programa de ação de Durban, considerado por todos o documento mais importante e compreensivo sobre a questão do racismo e dos afrodescendentes no mundo”, explica a ministra da Igualdade Racial do Brasil, Luiza Bairros, referindo-se à III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul, em 2001.

O documento de Brasília recomenda estratégias internacionais, regionais e nacionais para promover a inclusão e superar o racismo, a discriminação racial e a xenofobia. Os países se comprometeram em combater toda forma de exclusão e marginalização dos afrodescendentes, causas fundamentais e fatores agravantes da discriminação.

Para o representante do governo da Colômbia, Moisés Medrano, o decênio representa uma oportunidade única de mostrar ao mundo a participação histórica e atual dos afrodescendentes. “É também uma ocasião para que os governos revisem quais são as suas políticas e como estas têm que incluir, reconhecer e garantir justiça e chance de desenvolvimento à população, que tradicionalmente tem estado na última fila das políticas públicas em geral”, destacou Medrano, diretor de Povos do Ministério da Cultura do seu país.

## **Fórum de direitos**

Entre as ações específicas apresentadas no documento estão o apoio à criação de um Fórum de Direitos dos Afrodescendentes na ONU; a elaboração de uma Declaração de Direitos das Pessoas Afrodescendentes (propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho sobre Afrodescendentes do Conselho de Direitos Humanos da ONU); e a ratificação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.

Os Estados se comprometeram ainda em ampliar e aprofundar a coordenação regional na luta contra o racismo e na promoção da igualdade racial, tanto na CELAC quanto em outros fóruns regionais como a União das Nações Sul-americanas (UNASUR) e o Mercosul.

“Depois de Durban, esta reunião foi necessária para que a nossa região se reúna e apresente na próxima Conferência a nossa visão sobre o que está acontecendo, e sobre como internacionalmente podemos ter participação no desenvolvimento dos povos afrodescendentes e políticas de reparação. Tudo isso foi debatido para que a voz dos latino-americanos e caribenhos afrodescendentes seja ouvida internacionalmente”, disse Roger Samuel, Ministro da Diversidade e da Integração Social de Trinidad e Tobago, Caribe.

Estiveram representados na reunião Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

O resultado da reunião será apresentado à presidência, à Troika e aos

Conselheiros da CELAC, que possui um grupo de trabalho para desenvolver o plano de ação para a Década.

## **Direitos dos afrodescendentes e diversidade**

Os direitos à liberdade da prática das religiões africanas, à cultura e identidade afrodescendente, assim como as garantias a sua participação igualitária na vida econômica, social e política foram reafirmados pelos representantes de Estado, que destacaram ainda a importância histórica da participação dos afrodescendentes na formação social, cultural, religiosa, política e econômica da região latino-americana e caribenha. Os representantes também se comprometeram em combater toda forma de exclusão e marginalização dos afrodescendentes.

O encontro possibilitou intensa troca de conhecimento sobre a situação dos povos da região. Durante os dois dias foram ouvidos testemunhos de representantes de governos e da sociedade civil sobre o histórico de luta pela igualdade racial e suas especificidades em cada país, como por exemplo, da Argentina, que em abril de 2013 aprovou a lei que institui o “Dia Nacional das e dos Afro-argentinos/as e da Cultura Afro”, Lei nº 26.852, e na Guatemala, que possui a maioria de sua população de origem indígena.

Explicando a situação argentina, onde há uma dificuldade histórica no reconhecimento da população afrodescendente, a militante Maria Gabriela Perez, da Associação Movimento Afro-cultural de Buenos Aires, falou sobre a importância histórica da criação da data, considerada por ela o possível início de um reconhecimento da população afro-argentina.

“Durante muitos anos não se reconheceu, esconderam a nossa história. Não reconheceram sequer as raízes originárias africanas em nosso país. Se contou a história de modo tergiversado, e, por isso, é muito importante tudo que se está trabalhando nesse momento a partir do Estado e também o que propõe esta lei. Afinal, além da questão simbólica é importante que sejamos reconhecidos pelo Estado”, explicou.

Já o embaixador da Guatemala no Brasil, falou sobre a relevância do decênio para o seu país. “Para nós, a Década dos Afrodescendentes significa um reconhecimento e apoio à multietnicidade dos países multi-linguistas. A

maioria em nossa Guatemala é descendente de indígenas, então, para a política de nosso país, e para o desenvolvimento social, é importante estar alinhados com qualquer movimento que apóie a eliminação da discriminação”, destacou Julio Martini.

A reunião possibilitou ainda, durante o encontro, o resgate das principais propostas do programa de ação elaborado pelo Grupo de Trabalho da ONU sobre Afrodescendentes, que inclui, entre outros, a adoção de medidas especiais e ações afirmativas para reduzir as diferenças resultantes de circunstâncias históricas, e o compromisso dos Estados em adotar e implementar leis, políticas e programas que assegurem uma proteção efetiva dos afrodescendentes sujeitos à discriminação por razão de seu sexo, idioma, religião, opinião política.

No debate acerca das metas para o desenvolvimento das ações do decênio, o grupo destacou as propostas de criação de um Observatório de Dados Estatísticos sobre os Afrodescendentes na América Latina e no Caribe, de um Centro de Memória Histórica da região, assim como de um Fundo Ibero-americano em Benefício dos Afrodescendentes, todas apresentadas no Encontro Ibero-americano de Alto nível em Comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes - AFRO XXI, realizado em Salvador, Bahia, em 2011.

## **A reunião em Brasília**

A reunião regional foi realizada em comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial e aos 11 anos da SEPPIR. “É muito importante para nós que essa celebração se desse com um trabalho que abre uma perspectiva importante para a nossa atuação, e, de certa forma, retoma o protagonismo do Brasil no debate sobre a questão do racismo e a promoção da igualdade racial no plano regional”, destacou Bairros.

Walter Robson, Co-presidente da Comissão Nacional Afro-Costariquesa, destacou a importância da ação brasileira no cenário latino-americano. “É muito importante o papel do Brasil na Década dos Afrodescendentes, pelas tarefas que tem feito, inclusive com esta convocação em que reúne a todos os países do continente para ter uma só posição. Nós, em Costa Rica, estamos

muito comprometidos com o Brasil neste tema e em outros”, destacou.

Na mesa de encerramento, ministro interino das Relações Exteriores, Eduardo dos Santos, disse que o governo brasileiro seguirá comprometido com a promoção da igualdade racial em todos os fóruns internacionais e que o trabalho desenvolvido na reunião de Brasília contribuirá para o êxito das negociações em Genebra. “A profusão de propostas revela convergências dos povos latino-americanos e caribenhos diante dos desafios para a superação das marcas da escravidão em nossa sociedade. Vamos trabalhar para transformar em realidade este consenso aqui alcançado. A luta contra o racismo constitui uma condição inescapável para a promoção de todos os direitos humanos e para o pleno respeito à dignidade das pessoas em nossa região”, finalizou.

## **Apoio aos países Caribenhos**

O documento final trouxe ainda o apoio do grupo de países participantes à proposta da Caricom - Comunidade do Caribe, que pede indenização de países europeus devido à escravatura no período colonial. De acordo com o documento, a escravatura é considerada a raiz dos problemas socioeconômicos da região.

*Coordenação de Comunicação da SEPPIR*

***Acesse no site de origem: [Vinte e três países da América Latina e Caribe reafirmam compromisso com a pauta do combate ao racismo e à discriminação racial e planejam a Década dos Afrodescendentes \(Portal da Seppir, 24/03/2014\)](#)***